

POLÍTICAS PÚBLICAS: REDISCUTINDO O CURRÍCULO MÍNIMO PARA AS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE

Ana Maria Mendes Larghi

Doutorado/UFF

Orientador: Xoán Carlos Lagares Diez

Introdução

A educação no Estado do Rio de Janeiro vem passando por mudanças estruturais significativas desde 2011, que suscitaram em mudanças no trabalho docente. Essas modificações decorreram da implantação do “Programa de Educação” que resultou no processo de reestruturação da Educação Estadual. Essa reestruturação previa, segundo a Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC/RJ), algumas alterações importantes relacionadas ao professor e a prática docente, como por exemplo, “a atualização e a valorização dos professores; um currículo mínimo para cada disciplina, o processo seletivo para funções estratégicas da área pedagógica e a criação das carreiras de Gestor e Técnico de Educação”¹.

Foram criadas metas específicas para avaliar cada escola, de acordo com levantamento específico da realidade da unidade escolar. Assim como também foi criado o IDERJ (Índice da Educação Básica do Rio de Janeiro), estabelecido com o propósito de acompanhar e aferir o desenvolvimento dos estudantes, como também é previsto pelo IDEB² para a esfera nacional.

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação (2011), estas foram as principais metas estabelecidas:

Estar entre as cinco primeiras posições no ranking de educação nacional até 2014;

¹ O texto completo está disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=374683>

² IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Extraído de <http://portal.mec.gov.br/ideb-sp-1976574996/>, acesso em 26/06/2015.

Processo seletivo para funções pedagógicas estratégicas – a avaliação acontecerá em quatro etapas: análise curricular, prova, entrevista e treinamento;

Revisão de licenças médicas e cedidos – atualmente, cerca de 10 mil docentes estão licenciados, cedidos a outros órgãos ou ocupando funções administrativas. Com a implementação do programa, o objetivo é resgatar esses profissionais para as salas de aula. (SEEDUC/RJ, acesso em 12/11/2014)

Com a criação do “Programa de Educação do Estado” e com novas orientações para a sua implementação, diversas mudanças ocorreram no cotidiano das escolas e dos professores. De acordo com a proposta da Secretaria de Educação, dentre as diretrizes para a reestruturação da Educação e com o objetivo de alcançar as metas determinadas pela educação estadual e, sobretudo, melhorar resultados quantitativos das escolas no IDERJ e no IDEB, foi implementado o Currículo Mínimo (CM) para as Línguas Estrangeiras Modernas. Esse documento tem como principal objetivo nortear o trabalho dos professores da rede estadual de ensino.

Inicialmente, para estruturar o trabalho de pesquisa e para uma melhor concatenação do artigo, utilizaremos a divisão em três seções, que serão alguns dos capítulos na elaboração da tese final. A primeira seção apresenta considerações sobre a construção do Currículo Mínimo para as Línguas Estrangeiras Modernas na SEEDUC/RJ. Essa seção apresenta desde a seleção da equipe elaboradora até a conclusão dos trabalhos para a implementação. E ainda reflexões que permeiam a situação atual das línguas estrangeiras no Estado do Rio de Janeiro.

A segunda seção trata das questões metodológicas da pesquisa, como a abordagem do currículo nos documentos oficiais como: PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais (1998); OCEM - Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006), Diretrizes Curriculares Nacionais (2010) e apresentando o tipo de pesquisa elencada - de cunho etnográfico - a ser desenvolvida pela pesquisadora na tese proposta.

A terceira seção busca apresentar as abordagens teóricas elencadas para o embasamento da pesquisa à luz das políticas educacionais e linguísticas, dos documentos de referência para o ensino de língua estrangeira no Brasil, e das observações sobre a implantação do CM no ensino médio dos Colégios (C1 e C2) no município de Paraíba do Sul/RJ.

Com vistas a investigar o ato do poder público, decidiu-se verificar se o impacto de uma política pública na realidade da escola e do professor, através da introdução do Currículo Mínimo para as Línguas Estrangeiras Modernas na rede pública do Estado do Rio de Janeiro, afeta e/ou modifica o trabalho do professor regente e, ainda, se este ato político originou algum fato relevante para o ensino de línguas nas escolas estaduais.

A construção do Currículo Mínimo para as Línguas Estrangeiras Modernas – SEEDUC/RJ.

A Secretaria Estadual de Educação decidiu implantar na rede estadual a proposta curricular do Currículo Mínimo, de base comum, que direcionasse as atividades educacionais de maneira a aproximar e nortear o aprendizado na rede estadual.

Para a elaboração do CM de língua estrangeira, a Secretaria de Educação optou por convidar duas professoras universitárias que se encarregariam de selecionar um grupo de professores, dentre os docentes da rede estadual, para a montagem da equipe e posteriormente atuarem como coordenadoras durante o processo de construção do documento.

O Currículo Mínimo de Língua Estrangeira é composto por três eixos principais, sendo eles: “Compreensão escrita e oral”, “A língua em uso” e “Produção escrita e oral”. Foram também definidas as habilidades e competências que deveriam ser galgadas pelos educandos em cada um dos gêneros elencados.

A elaboração do CM ocorreu pelos meses que se seguiram, sempre com orientação e revisão da equipe de coordenadoras, avaliando, comentando e sugerindo. O prazo foi de aproximadamente 5 meses – de setembro de 2011 a fevereiro de 2012 – entre elaboração, apresentação pública do documento e publicação. As escolas receberam o material impresso em fevereiro de 2012, para que os professores o utilizassem em classe no mesmo ano letivo. A divulgação do documento encontra-se na página do site da SEEDUC/RJ – “*Conexão professor*”.

As orientações curriculares do CM contribuem para preparação do aluno as avaliações internas e externas. As avaliações internas eram realizadas bimestralmente até 2015 e os professores poderiam avaliar o desempenho de seus alunos, inclusive,

aferindo nota a essas provas, que poderiam ser utilizadas como uma das avaliações do bimestre. Em 2016, as avaliações bimestrais foram suprimidas, permanecendo a avaliação realizada no 4º Bimestre. Essa nota é utilizada pelo IDERJ³ atendendo a política de bonificação em que os alunos que atingirem os melhores resultados são premiados anteriormente com um computador, atualmente com um *tablet*. As provas são elaboradas pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora – CAEd/UFJF, que tem como objetivo principal “...oferecer dados e informações úteis capazes de subsidiar as ações de melhoria da qualidade da educação e equidade nas oportunidades educacionais.” O CAEd/UFJF ainda, “...atua junto ao Governo Federal, Estados, Municípios, instituições e fundações na realização de avaliações de larga escala com a produção de medidas de desempenho e na investigação de fatores intra e extraescolares associados ao desempenho.”

Percebe-se a necessidade de um engajamento crítico do professor diante da determinação das políticas educacionais, para que se possam questionar ações, reações e atitudes, refletir sobre conceitos pré-constituídos e ratificados como “corretos”, valendo-se de referenciais internos e externos que apurem a percepção de maneira a identificar os impactos causados por elas nos grupos específicos.

Documentos oficiais e ensino de línguas estrangeiras: Onde fica o currículo?

O Ministério da Educação, por meio das Orientações Curriculares para o Ensino Médio - Línguas Estrangeiras Modernas (OCEM/LEM - MEC/SEB 2006), reiterou a importância do ensino de línguas estrangeiras no Ensino Médio, abordando a linguagem como forma de conhecimento de mundo e da aquisição de valores culturais. Segundo as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) “o valor educacional da aprendizagem de uma língua estrangeira vai muito além de meramente capacitar o aprendiz a usar uma determinada língua estrangeira para fins comunicativos” (BRASIL, 2006, p. 92).

A partir dessas reflexões, diante da introdução de um currículo mínimo para as línguas estrangeiras nas escolas da rede pública estadual, fomenta-se a importância da relevância das orientações para o fazer docente e para o processo ensino/aprendizagem de língua estrangeira.

³ IDERJ : Índice de Desenvolvimento da Educação no Estado do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, em observância ao disposto pela lei, todas as línguas estrangeiras são equivalentes e equiparam-se em importância. Porém, há de se destacar que embora pertençam à mesma categoria, não possuem o mesmo prestígio social. Cada uma delas ocupa lugar distinto na sociedade, seja no cenário nacional ou mundial. No cenário mundial, a globalização econômica, delineada ao final dos anos 80, com o surgimento de blocos econômicos como a União Européia, o Nafta, o Mercosul, também influenciaram as políticas linguísticas.

Assim, as questões relacionadas à eleição de disciplinas ou de conhecimentos para a elaboração de um determinado currículo são também questões políticas de poder. Tomando como exemplo os critérios utilizados para a inclusão das línguas estrangeiras, de acordo os PCN (1998, p. 22) são, “pelo menos três fatores devem ser considerados: fatores históricos; fatores relativos às comunidades locais; fatores relativos à tradição”. Esses fatores devem ser orientados pela relevância, pela função social da língua em um contexto global, que geralmente está determinada, segundo PCN (1998, p. 23), “pelo papel hegemônico dessa língua nas trocas internacionais, gerando implicações para as trocas interacionais nos campos da cultura, da educação, da ciência, do trabalho etc.”

Segundo as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCEN, 2006, p. 9), “o currículo é a expressão dinâmica de conceito que a escola e o sistema de ensino têm sobre o desenvolvimento dos seus alunos e que se propõe a realizar com e para eles”, portanto, torna-se necessário refletir a relevância de uma proposta curricular para o sistema educacional que tenha como propósito ensinar, envolver, preparar para a cidadania e produzir conhecimento.

Dessa maneira, a investigação promoverá a análise relacional de questões sociais, culturais e políticas que se encontram no contexto educacional, diante da proposta curricular implantada pela SEEDUC/RJ do Estado do Rio. A pesquisa será desenvolvida em dois colégios da rede estadual com a denominação de C1 e de C2, preservando-se a identidade de cada colégio, sendo em C1 – observado a implantação do CM de Língua Inglesa e em C2- observado a implantação do CM de Língua Espanhola, ambos os colégios estão situados no município de Paraíba do Sul.

Trata-se de um desafio que envolve um projeto político curricular para a sociedade, no qual estão envolvidas questões fundamentais como o planejamento, a execução, a implementação e os resultados. Em consonância com, Lopes (2004, p. 111), “As políticas curriculares não se resumem apenas aos documentos escritos, mas incluem

os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplos sujeitos no corpo social da educação.” Portanto, são nas “arenas” escolares, espaços com identidade própria, que ocorrem à materialização do currículo, interpretado e (re)construído de acordo com particulares ideologias e contextos educacionais distintos.

Conforme salientam Mota (2004), Mendes (2007) e Paraquett (2007), a importância do aprendizado de uma língua estrangeira está na possibilidade de se ter condições de dialogar com grupos ou pessoas que falam outras línguas e que vivem em sociedades diferentes.

As abordagens teóricas da pesquisa à luz das políticas educacionais e linguísticas.

A partir da perspectiva de Calvet (2007, p.11), passaremos a refletir sobre as intervenções políticas que ocorrem diante das decisões sobre a língua e sobre as questões que implicam nas decisões das políticas linguísticas em uma sociedade. O autor explicita a diferença entre os conceitos de Política linguística (*Language policy*) e Planejamento linguístico (*Language planning*), definindo política linguística como “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (Calvet, 2007, p. 11) e planejamento linguístico como “implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato” (Calvet, 2002, p.145). Estabelece também uma análise das situações que incorrem desde o processo de aprovação de uma política linguística, até a finalização do processo com a parte prática de implementação.

Em observância às situações de planificação linguística e dos estudos de políticas linguísticas, Del Valle (2005) nos permite inferir distintamente a dualidade entre o caráter prático da implementação de uma política linguística e o teórico da ordem das “ideologías linguísticas”, entendida pelo autor como “sistema de ideias que integram as noções gerais da linguagem”⁴. De acordo com o autor, “[...] son prácticas compatibles ligadas por una relación simbiótica,[...]” (2005, p. 3). Dessa maneira, pode-se a relação de interdependência existente entre um conceito e outro, o que

⁴ Tradução do original de :“ ideologías linguísticas son entendidas como sistemas de ideas que integran nociones generales del lenguaje”.

legítima cada um deles e os diferencia em relação à função que os particulariza. Ainda, segundo Del Valle (2005):

-se faz necessário seu estudo crítico, quer dizer, uma reflexão metadisciplinar que permita entender melhor as abordagens dos planejadores situando-os no contexto político de sua emergência e analisando as práticas discursivas que produzem. (DEL VALLE, 2005, p.3)⁵

De acordo com o autor, inferem-se no contexto de análise não só os aspectos linguísticos e políticos, mas também devem ser analisados criticamente os estudos a respeito da necessidade da implantação de uma política linguística, de maneira que sejam claras as abordagens de seus implementadores e condizentes com a prática discursiva que justifique a decisão.

Para exemplificar, o autor analisa a situação linguística da Espanha a partir dos anos 70, onde os conflitos linguísticos faziam parte da realidade nacional, mas também onde as línguas coexistiam dentro da “constelação” do universo hispânico, respeitando-se as fronteiras políticas das Comunidades Autônomas. Mesmo estando diante de um cenário plurilíngue, o governo através de texto constitucional, – Constituição de 1978- decide elevar ao status de língua oficial a “língua castelhana”. Diante da promulgação da Constituição de 1978, segundo Lagares, o governo espanhol:

...impõe o dever de que o castelhana seja conhecido por todos os cidadãos (isto é, que nenhum cidadão possa alegar desconhecimento do castelhana para evitar qualquer obrigação civil), além, obviamente, de reconhecer que todos os cidadãos, em qualquer lugar dentro das fronteiras do Estado, têm o direito de usá-la. (LAGARES, 2009, p. 8)

A imposição da oficialidade da língua castelhana determinada pela Constituição gerou um conflito político-linguístico na Espanha com as comunidades onde são faladas outras línguas como o galego, o catalão e o vasco, que teoricamente são consideradas pela Constituição como línguas espanholas, mas que não possuem caráter oficial, sendo reconhecidas e usadas nas Comunidades Autônomas como

⁵ Tradução do original de : “- se hace necesario su estudio crítico, es decir, una reflexión metadisciplinaria que permita entender mejor los planteamientos de los planificadores situándolos en el contexto político de su emergencia y analizando las prácticas discursivas que producen”.

“língua-própria”. Qualquer proposta de planificar uma língua se dá em um contexto de normalização e esse processo ocorre por interesses sociais, políticos e econômicos e dependem de oficialização do Estado.

Portanto, as situações linguísticas no mundo e a posição ocupada por cada uma das línguas simbolicamente representadas na metáfora do “sistema gravitacional”, elucida a existência de uma situação hierárquica de poder que favorece uma ou outra comunidade linguística e se consolida pela configuração decorrente da globalização na sociedade. Esse processo também reflete as desigualdades linguísticas existentes e legitima situações de prestígio e de desprestígio linguístico. Neste viés, o ‘status’ atribuído a cada uma das línguas são processos políticos-ideológicos de planejamento ajustados às ideologias que produzem efeitos variados sobre a realidade, sobre as línguas, sobre as relações e comportamentos de todas as comunidades linguísticas existentes.

No Brasil, a Constituição Estadual⁶ de 1988, determina a obrigatoriedade do ensino da língua espanhola, mas faculta o aluno do ensino médio a escolher dentre outras línguas como o francês, o inglês. Mais tarde, ainda em consonância com os documentos oficiais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, LDB 9.394/96, § III, a língua espanhola estando diante de uma situação linguística - social (de menor prestígio), embora, há de se ressaltar que nos anos 90, com os acordos econômicos e políticos que deram origem a criação do MERCOSUL, a língua espanhola tornou-se mais visível em contextos educacionais.

A visibilidade, porém, não a coloca em primeiro lugar na escolha dos alunos. Dentro do contexto da política do ensino de línguas no Estado do Rio de Janeiro, a língua espanhola na rede pública, de maneira geral, é a que ocupa o espaço destinado à disciplina de caráter “Optativo”- o que faz com que a carga horária por turma seja menor que a da língua inglesa. A língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de caráter optativo para o aluno na SEEDUC/RJ, é oferecida com carga horária de - 01(um) tempo de aula por semana, para os alunos optantes pela disciplina.

⁶ Art. 317 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino de 1º e 2º graus, em complementação regional àqueles a serem fixados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e latinoamericanos. § 3º - A língua espanhola passa a constar do núcleo obrigatório de disciplinas de todas as séries do 2º grau da rede estadual de ensino, tendo em vista, primordialmente, o que estabelece a Constituição da República em seu artigo 4º, parágrafo único. (DAHER, 2006)

De acordo com a Resolução N° 435914, Art. 15, determina que parte diversificada do ensino médio seja composta por:

I - uma língua estrangeira moderna, de acordo com recursos humanos existentes na instituição, de matrícula obrigatória;

II - uma segunda língua estrangeira moderna, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno (...).

§ 1º - Nas unidades escolares onde a língua espanhola é a língua escolhida pela comunidade escolar, esta será a língua estrangeira obrigatória, sendo a segunda língua estrangeira de matrícula facultativa ao aluno.,

Contudo, diante da realidade curricular da maioria das escolas, podemos inferir é que a eleição da disciplina optativa traduz empiricamente, as ideologias, os preconceitos, os valores que são agregados a cada uma delas e que circulam na comunidade escolar. Dessa forma, torna-se necessário uma criteriosa análise e reflexão por partes das autoridades escolares e docentes para que se possa construir um currículo significativo e motivador, que atenda aos dos alunos e os despertem por agregar conhecimento. Para Sacristán (1995, p. 86), “o currículo tem que ser entendido como cultura real que surge de uma série de processos, mais que como um objeto delimitado e estático que se pode planejar e depois implantar”. Esses processos de base pedagógica devem integrar-se para formar uma ‘ponte’ entre a sociedade e o sujeito-aluno na comunidade de fala onde está inserido.

Conforme assinala Sacristán (2000,p. 17), o currículo “reflete o conflito entre interesses dentro de uma sociedade e os valores dominantes que regem os processos educativos”, por essa razão o currículo precisa ser interpretado pelos professores à luz das finalidades que estão implícitas ou explícitas, que possam direcionar, de modo que conscientemente haja a adoção de práticas construtivas que sejam relevantes para o ensinar e o aprender. Portanto, cabe à escola, na figura do professor, fazer a releitura da proposta apresentada como currículo, adequá-la ao contexto, construindo um Projeto- Político- Pedagógico (PPP) que descreva as funções da escola a fim de que possam ser concretizadas, cumprindo o seu papel de representar a comunidade escolar, cuja participação é de suma importância para a concretização de um currículo que tenha como objetivo atender às diversas realidades seja de um país ou de um estado.

Nesse sentido, a elaboração de um currículo deve estar ancorada às propostas didático-sociais e culturais adequadas aos níveis de escolaridade e que atendam às condições reais para o desenvolvimento de habilidades como o senso crítico, a ética e a cidadania. Consoante Santomé (2013):

A justiça curricular é o resultado da análise do currículo que é elaborado, colocado em ação, avaliado e investigado levando em consideração o grau em que tudo aquilo que é decidido e feito em sala de aula respeita e atende às necessidades e urgências de todos os grupos sociais; lhes ajuda a ver, analisar, compreender e julgar a si próprios como pessoas éticas, solidárias, colaborativas e corresponsáveis por um projeto de intervenção sociopolítica mais amplo destinado a construir um mundo mais humano, justo e democrático. (SANTOMÉ, 2013, p. 9)

De acordo com o autor, a elaboração de um currículo deve ter o compromisso em atender às necessidades e às diferenças dos grupos, correlacionando parâmetros sociais, culturais, pedagógicos que visam à construção e à humanização do processo de ensino/aprendizagem na escola, sendo agente, sobretudo para minimizar as situações de preconceito e desigualdade social.

No Brasil, autores como Paulo Freire (1970, 1996), sinalizam a importância da humanização na escola, defendendo que as relações estabelecidas de cordialidade, de respeito, de aceitação, de valorização do outro, devem conduzir as ações pedagógicas para a construção de saberes que venham contribuir para promover a formação integral do aluno-cidadão. Dessa forma, seguindo o viés da humanização, também salientamos a importância de uma política de currículos que esteja inserida em um contexto humanizador, desalienante e que promova o redimensionamento do trabalho do professor, enquanto educador, agregando valor aos aspectos culturais no processo de aprendizagem que se desenvolve durante a escolarização.

E, nesse campo prático e complexo em que se insere o Currículo Mínimo para as línguas estrangeiras modernas, elaborado por professores da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), instituído pelo Decreto nº. 42.793 de 06 de Janeiro de 2011. A decisão da SEEDUC/RJ em determinar os conteúdos mínimos a serem ministrados, ou seja, a prescrição de uma base curricular para toda a rede estadual de ensino e a (re) formulação da gestão escolar foram ações políticas instituídas que visam “garantir” o direito e acesso a escola.

No contexto das políticas linguísticas e públicas, seguimos acompanhando a proposta do governo federal para a construção do documento que norteará a Educação Básica no Brasil, Base Nacional Comum Curricular (BNC), estando em cumprimento às metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Os professores puderam participar através do cadastro da plataforma digital, com acesso em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Toda participação foi registrada e apresentada através de índice numérico. Esse modelo educacional, a adoção de currículos nacionais visando fomentar a qualidade da Educação Básica, também faz parte do contexto sociopolítico e cultural de outros países na contemporaneidade.

Considerações provisórias

Ao longo do artigo, apresentamos algumas das seções que serão partes da tese ainda em elaboração. Algumas das considerações sobre a proposta ainda estão em desenvolvimento o que corrobora com as reflexões cada vez mais profundas e conscientes sobre o papel das políticas linguísticas e públicas no cenário atual. Reiteramos a importância do olhar crítico do professor sobre as políticas destinadas a educação; sobre a participação em decisões sobre os aspectos pedagógicos de ensino; sobre as relações de poder que se estabelecem a partir delas; e ainda sobre os embates surgidos a partir das atuais discussões entre autonomia e centralização das políticas curriculares, sejam de ordem Estadual ou Federal. Concentramos nossa reflexão nos aspectos que envolvem a comunidade escolar e a política de currículos de acordo com as novas orientações da reforma proposta pela Secretaria Estadual de Educação/RJ (SEEDUC/RJ).

Considerando as abordagens teóricas que amparam a pesquisa como, Calvet (2007), Del Valle (2007), Lagares (2010), Daher (2010), Sant'Anna (2010), assim como os documentos oficiais para a Educação; como referências básicas para o trabalho com Política de currículo, as obras de Ball (2001), Celani (2001,2002), Sacristán (2000) e Lopes (2006). E, ainda considerando que a introdução de um currículo mínimo (CM) para as línguas estrangeiras modernas em 2012 aponta para um gesto de continuidade das políticas públicas de reestruturação do Ensino Estadual e que as medidas adotadas pela SEEDUC/RJ causaram mudanças no cotidiano das escolas, decidiu-se por analisar

e levantar questionamentos sobre as ações das políticas públicas e a maneira como interferem no processo educacional.

Em consonância com a investigação, levar-se-ão em consideração as questões culturais e sociais, que inseridas no contexto da sala de aula, aflorem discursos híbridos que contribuam para a construção e/ou reconstrução do discurso do professor.

Referências

ANDRÉ, M. E.D. A. de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papyrus, 1995.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs). *Políticas Educacionais: questões e dilema*. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Orientações curriculares para o ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, v. 1, 2006, 239, cap. 3 e 4, p. 87-164.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio: Bases legais*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000b.

CAEd, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF/MG. *Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação*. Disponível em: <<http://institucional.caed.ufjf.br/o-que-fazemos/>>. Acesso em 19 de fev. de 2015.

CALVET, L.J. *As políticas Lingüísticas*. São Paulo: Parábola, 2007, p.11, 16. CELANI, M. A. A. Transdisciplinaridade na Lingüística Aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M. (Org.) *Lingüística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998. p. 129-142.

DAHER, Del C. & SANT'ANNA, V. L. *Reflexiones acerca de la competencia lectora: aportes enunciativos e interculturales*. Revista Hispanista, Niterói, n.11,2002. Disponível em:< www.hispanista.com.br/revista/artigo95esp.htm > . Acesso em: 12 de maio 2014.

DEL VALLE, José (ed.): *La lengua ¿patria común? Ideas e ideologías del español*. Madrid/Frankfurt, 2007, *Iberoamericana/Vervuert*, *Lengua y Sociedad en el Mundo Hispánico*, p.99.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: AP&A, 2006.

LAGARES, X. C., *Temas do nosso tempo*, Vivaleitura, 2009, p. 83.

_____. *O Ensino do Espanhol no Brasil: Glotopolítica e Educação Linguística*. Disponível em : <http://pt.slideshare.net/copesbra/xoan-> . Acesso em: 05 de maio de 2015.

_____. *O espaço político da língua espanhola no mundo. The political domain of the spanish language in the world*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132013000200009. Acesso em : 18 de março de 2014.

LOPES, A. C. *Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos ?* Revista Brasileira de Educação, nº 26, 2004, p. 111- 116. Disponível em : www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a08.pdf Acesso em: 12 de abril de 2014.

MAINARDES, J. *Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: WWW.cedes.unicamp.br

MEC, Ministério da Educação e Cultura. Brasília: Extraído de <http://portal.mec.gov.br/ideb-sp-1976574996/>, acesso em 26/06/2015.

_____. *Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação*. Brasília: Extraído de http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf, acesso em 28/06/2015.

MOTA, K. M. S. Incluindo as diferenças, resgatando o coletivo - novas perspectivas multiculturais no ensino de línguas estrangeiras. In: MOTA, K.; SHEYERL, D.(orgs.) *Recortes Interculturais na sala de aula de Línguas Estrangeiras*. Salvador: ADUFBA, 2004, v.1, p. 35-60.

NINYOLES, R. L. *Estructura social e Política Linguística*. Ediciones Bromera (Alzira), 1989, p.51 –52.

PARAQUETT, M. O papel que cumprimos os professores de espanhol como língua estrangeira (ELE) no Brasil. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Diálogos Interamericanos*, no 38, p. 123-137, 2009a. Disponível em: www.uff.br/cadernosdeletrasuff/38/artigo7.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2014.

ROCHA, D.; DAHER, M. Del C.; SANT’ANNA, V. L. de A. *A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva*. Disponível em: http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/a_entrevista_em_situacao_de_pesquisa_academica_reflexoes_numa_perspectiva_discursiva.pdf. Acesso em: 19 de março de 2015.

SACRISTÁN, J. G., *O Currículo, uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

_____. Currículo e diversidade cultural: In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antônio Flávio (org.). *Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 82-113.

SANTOMÉ, J. T. *Currículo Escolar e Justiça Social: o cavalo de Tróia da Educação*, tradução de SALVATERRA, A. Porto Alegre: Penso Editora LTDA, 2013.

SEEDUC/RJ, *Proposta Curricular: um novo formato, Língua Estrangeira*, 2010, p.06. Disponível em http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br/downloads/LINGUA_ESTRANGEIRA.pdf. Acesso em : 12 de out. 2013.

_____. <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=839010>. Acesso em : 28 de Julho de 2014.

_____. www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=374683. Acesso em: 12 de Nov. de 2014.